



Anais da Assembleia

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 29 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 197ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Adalberto Daros e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Antonio Facci e Alfredo Gulin (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 135/75, que aprova o acordo especial nº PR/14, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, objetivando realização de treinamentos de Mão-de-Obra. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 69/75

Art. 1º — Fica aprovado o Acordo Especial nº PR/14, celebrado em 14 de abril de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e Coordenação Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, objetivando a realização de treinamentos de mão-de-obra.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 135/75

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 40/75, de 4 de agosto de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, o Acordo Especial nº PR/14, celebrado em 14 de abril de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho e coordenação Estadual do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra — PIPMO, objetivando a realização de treinamentos de mão-de-obra.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) DÁCIO LEONEL — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/75; marcando ainda, uma sessão extraordinária, para o dia 31, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 69/75.
Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 198ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1975. (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho,

Werner Wanderer, Adalberto Daros e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Antonio Facci e Alfredo Gulin (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Lúcio Machado, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 105/75.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor à Televisão Paranaense — Canal 12, pela passagem, nesta data, de seu 15º aniversário de instalação.

JUSTIFICATIVA:

No ano em que comemoramos o 25º aniversário da televisão no Brasil, temos a satisfação de em nosso Estado comemorar o 15º aniversário da Televisão Paranaense, que tem acompanhado a vida do Paraná em todos os momentos, bons e ruins, dando sua parcela da contribuição ao grau de desenvolvimento que hoje atingimos. Atenta em todos os instantes, a Televisão Paranaense — Canal 12, cresceu junto com o Estado, atingindo hoje condições técnicas das mais sofisticadas, através do trabalho de seus dirigentes e funcionários, desde a data de sua instalação até hoje. É justo que nesta data, esta Casa de Leis renda sua homenagem a este tão importante veículo da nossa comunicação.

Outrossim requer, que da decisão do Plenário se dê ciência à Diretores e Funcionários da Televisão Paranaense Canal 12.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso regimental de suas atribuições, requer conste da Ata dos trabalhos, voto de congratulações ao funcionário público estadual, pela passagem do "Dia do Funcionário Público".

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Gal. Alcindo Pereira Gonçalves, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias e adequadas no sentido de eliminar ou diminuir consideravelmente o número de

roubos de automóveis na cidade de Toledo, bem como outros centros da região Oeste do Paraná, que vem, alarmantemente, aumentando causando intranquilidade e prejuízos àquelas comunidades.

Solicita outrossim, que ofícios com mesmo teor e finalidade sejam encaminhados aos Exmos. Srs. Dr. Dalton de Oliveira Condessa e Dr. Nivaldo Pacheco de Oliveira, respectivamente, Chefe do 9º Distrito Rodoviário DNER e Superintendente Regional da Polícia Federal tendo em vista fiscalização rigorosa das rodovias e restauração pela Polícia Federal de fiscalização de viaturas em trânsito pela chamada Ponte da Amizade.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) EGON PUDELL

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. EMILIO HOFFMANN GOMES, DD. Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ SA, encarecendo-lhe a instalação de uma agência desse estabelecimento oficial de crédito no município de NOVA AURORA, o que vem sendo objeto de reiterados pedidos daquela população, como se constata pelas cópias dos três "abaixo-assinados" que acompanham o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1974.

JUSTIFICATIVA:

Nova Aurora, a exemplo dos demais municípios que integram a micro-região de Cascavel, tem se destacado pelo seu contínuo desenvolvimento.

Em razão de sua expressiva produção agrícola, na produção de soja, milho, arroz, feijão, trigo e outros cereais, e intensa movimentação de seu comércio. Possuindo apenas uma agência bancária, não pertencente à rede de estabelecimentos oficiais de crédito, Nova Aurora carece de um melhor atendimento, condizente com o seu incontido crescimento.

Por essa razão, não só os agricultores daquela localidade, mas toda sua população, estão reivindicando a criação de uma agência do Banco do Estado do Paraná S/A. Para tal fim, enviam ao signatário deste requerimento, para que fosse encaminhado ao Presidente do mencionado estabelecimento de crédito, três listas contendo assinaturas de interessados na sua implantação.

A ampliação da aludida rede bancária vem sendo procedida de maneira significativa nestes últimos meses.

No que tange aos possíveis benefícios, cremos que haverá reciprocidade, pois, de um lado, o Município de Nova Aurora receberá mais um impulso para seus desenvolvimento e de outro lado, o Banco do Estado instalará uma agência sem a menor expectativa de se tornar deficitária, como pode estar ocorrendo em diversas localidades em que fez chegar seus serviços.

Estas, as razões pelas quais acreditamos que o presente requerimento deverá merecer a devida atenção da Presidência à qual se leva a justa reivindicação daquela importante comuna do Oeste Paranaense.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o douto plenário, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, solicitando a construção e instalação de uni-

dade escolar de grande porte para o 1.º e 2.º graus no bairro São Cristóvão, em CASCAVEL.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:—

Consoante é do conhecimento geral, Cascavel vem tendo um progresso intenso e rápido crescimento econômico e demográfico, movido por vários fatores, entre os quais o agrô-industrial somado às contingências da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em decorrência, os recursos municipais são insuficientes para atender a demanda e a exigível infra-estrutura, principalmente escolar, assunto já debatido com S. Exa. o Sr. Secretário de Educação em várias oportunidades.

As unidades escolares que o Estado construiu no ano passado, não satisfazem as exigências do setor no município que conta com mais de 23.000 (vinte e três mil) alunos matriculados nas diversas áreas de ensino.

Ademais, o citado bairro está localizado em setor oposto às construções aludidas, e conta com precaríssimas e antigas salas construídas em madeira de pinho em estado de decomposição e apodrecimento, podendo a qualquer momento entrar em irremovível colapso.

A medida de intervenção é urgente, justificando inclusive as imediatas providências, o que já pudemos enfatizar pessoalmente ao nobre titular da Pasta, Dr. Borsari Neto. Por isso muitas vezes sinto constrangimento em reiterar apelos como este, mas dadas as circunstâncias, somos premiados a fazê-lo, ainda que esta atitude possa ser julgada com antipatia, o que creio e espero não ocorrer com as ilustres autoridades educacionais deste Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do plenário, seja enviado apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, para que esta autoridade federal, através do Superintendente do INPS, Sr. Reinold Stephanies, possibilite os pagamentos que essa autarquia deve aos hospitais, devido ao convênio existente, através das próprias agências do Instituto nas regiões onde estejam os citados nosocômios.

Esta medida é necessária, Sr. Presidente, porque os hospitais que mantêm convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social, estão com enormes rombos em seus orçamentos, muitos dos quais, à beira da falência, face ao permanente atraso de pagamento por parte do INPS.

Não são dias, mas meses que os hospitais estão a esperar sua retribuição monetária ao troco de seus serviços já dados.

E o que é de se pasmar, Sr. Presidente, é que, segundo informações vindas da própria autarquia, dinheiro não falta ao citado órgão de previdência social, para saldar seus compromissos.

Diz a Tesouraria do órgão que o dinheiro lá se encontra, apenas aguardando o encaminhamento ou recebimento das faturas dos hospitais, reconhecendo, inclusive, que este retardamento se deve à enorme burocracia de seu tramitamento, inclusive no serviço de computação eletrônica.

Os hospitais tem sérios compromissos a solver, tanto na parte de pagamento de pessoal, como de fornecedores, médicos, etc.

Com a medida proposta, o problema viria a ser solucionado. Ainda não sabemos porque a alta direção do órgão não tomou uma medida tão simples como a que propomos. Não podemos admitir que a direção do inps não confie na eficiência de suas agências interioranas.

A medida em tela beneficiaria a todos e promoveria uma melhor confiança neste órgão federal tão descreditado ultimamente.

Possuir numerário suficiente para saldar seus compromissos e atrasá-los por emperramento burocrático é um fato inconcebível.

Solicitamos, outrossim seja enviada cópia do teor deste requerimento ao Sr. Dr. Roberto Correa Alves, Superintendente do INPS aqui no Paraná, para que esta autoridade também encampe esta nossa sugestão, que visa única e exclusivamente, solucionar um problema que já se torna crucial.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. José Carlos Puppo, DD. Diretor do Detran, solicitando que envie equipe do Centro de Exames Psicotécnicos à cidade de União da Vitória.

Prende-se o presente pedido, em virtude da dificuldade das pessoas que precisam realizar o psicotécnico, se locomoverem até a Capital.

Um pronto atendimento, por parte daquele Departamento, ao fato, evitaria maiores dificuldades, às pessoas que necessitam do pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Sr. Diretor Presidente da Cia. de Telecomunicações do Paraná, — TELEPAR, veemente apelo no sentido de ser instalado com máxima urgência, um posto telefônico no distrito de IBEMA, município de Catanduvas. Tal solicitação se faz, tendo em vista que o distrito de Ibema se localiza às margens da Rodovia PR 277, trecho que liga ao município de Cascavel, o que virá proporcionar enormes benefícios àquela progressista região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1975.

a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Plano de Renovação de Cafezais Geados, principalmente quando aplicado em favor de lavradores que mantinham financiamentos visando à formação de novas lavouras, nos moldes preconizados pelas respectivas instruções, que objetivaram a substituição das lavouras deficitárias, ao invés de estimular a renovação, está criando sérios empecos aos lavradores.

A aplicação do Plano de Renovação de Cafezais Geados, ao contrário do que se anunciou, não favorece o agricultor que mantinha financiamentos para o plantio na base de Cr\$ 6,00 por pé a juros de 3 por cento ao ano, pelo prazo de 4 anos. Aos lavradores em tal situação, após as calamitosas geadas de 75, o Plano prevê um refinanciamento da dívida anterior mais Cr\$ 3,00 por pé, perfazendo o total de Cr\$ 9,00, a juros de 7 por cento ao ano.

Ora, do plantio devastado pela geada, nada ou quase nada

resta ao lavrador, que teria assim, mais Cr\$ 3,00 para renovar a planta, com mudas. Os juros, que eram de 3 por cento ao ano, passaram a 7 por cento ao ano, pagando o lavrador juros mais do que dobrados pelo financiamento de um plantio totalmente dizimado.

Esse o quadro em que o lavrador é forçado ao seguinte raciocínio: se passar ao novo financiamento, de Cr\$ 9,00 por cova de cafeeiro, e efetuar o plantio, somente daqui a três anos terá produção, pequena, aliás, mas nessa altura o seu financiamento estará onerado em 21 por cento só de juros.

A colheita do terceiro ano, se houver, mal dará para pagar os juros do financiamento, que se prolongará ainda por mais 3 anos, e o lavrador se vê ante a conclusão de que jamais será realmente o dono de sua lavoura.

Assim, em relação aos que não possuem dívidas por financiamentos anteriores, o Plano de Renovação, concedendo Cr\$ 6,00 por pé, a juros de 7 por cento ao ano, pelo prazo de 6 anos, oferece, claramente, melhores condições, muito embora, para a economia nacional, pela qualidade e situação da terra, merecessem maior e melhor amparo determinados casos de refinanciamentos.

Como se vê, mais racional seria a concessão de novos financiamentos e a prorrogação dos anteriormente feitos com a mesma finalidade, mantida, a mesma taxa de juros de 3 por cento ao ano.

Por outro lado, na prática, não existe o anunciado subsídio de 40 por cento, concedido pelo Governo da República em favor dos agricultores na aquisição de fertilizantes.

Explica-se facilmente.

Anteriormente o lavrador adquiria o adubo mediante financiamento isento de juros, pelo prazo de 2 anos, e recolhia 2 por cento ao Funrural.

O Governo Federal anunciou o subsídio de 40 por cento, mas o lavrador se viu cobrado de juros de 15 por cento ao ano sobre os restantes 60 por cento do montante de sua aquisição, e teve elevação para 2,5 por cento o recolhimento ao Funrural, ou seja, mais meio por cento calculado sobre a sua produção.

Nestas condições, calculados os juros de 15 por cento durante dois anos, mais a elevação havida no Funrural, mais as despesas bancárias, mediante simples cálculo aritmético constata-se que, em verdade, os subsídios são de 20 por cento e não de 40, como quer nos fazer acreditar o Governo, que, para tanto, deverá corrigir, de imediato, tais distorções.

Leve-se em conta, ainda, que os lavradores, em sua maioria, estão sujeitos à orientação dos agrônomos ligados às empresas produtoras de adubo, as quais, embora agindo honestamente, nenhum interesse têm em estabelecer o ponto mínimo de consumo de fertilizantes.

Em razão do exposto, ouvida a Casa, requer seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., que ora nos honra com a sua presença e o seu declarado interesse pela recuperação da lavoura cafeeira do Paraná, bem assim ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido de que sejam adotadas as medidas necessárias e urgentes à correção das distorções apontadas no Plano de Renovação de Cafezais Geados, e no programa de subsídios aos fertilizantes, a fim de que tais planos se revistam, positivamente, do mais justo e patriótico caráter de amparo, de estímulo e de recuperação da lavoura cafeeira e da própria economia nacional.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.—

a) MUGGIATI FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja encaminhado expediente ao Ministério

da Agricultura-DIPOA, solicitando os estudos necessários para que seja facilitada a comercialização de produtos do mar, que são beneficiados pelos próprios pescadores do litoral paranaense.

A presente sugestão se prende ao fato de serem pagos preços baixos pelas fábricas autorizadas que atuam na região, enquanto outros intermediários autônomos distribuem a produção a peixarias de Curitiba, em valores que chegam ao triplo daqueles pagamentos, com desvantagens a estes operosos agentes da produção.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofícios ao Ministro da Fazenda e à Superintendência Regional da Receita Federal, pleiteando a reinstalação de Posto da Receita Federal no município de Santa Isabel do Ivaí, sede da Comarca com o mesmo nome.

JUSTIFICATIVA:

Afirmado estar praticamente reinstalando um órgão "QUE NUNCA DEVERIA TER SAÍDO DESTE MUNICÍPIO", o Sr. Afonso Alves de Camargo Netto, então Presidente do Banco do Estado do Paraná, ainda em data de 2 de julho, quando Santa Isabel do Ivaí comemorava mais um aniversário de fundação, entregou sob aplausos e manifestação de gratidão, uma agência da organização bancária que dirigia.

Tratava-se de sonho acalentado da concretização a partir da data em que, um ex-Governador paranaense, por motivos sabidos como políticos, determinava o encerramento das atividades do BANESTADO naquela cidade. Isto cerca de 13 anos passados. Também por gestão dessa mesma autoridade, SANTA ISABEL DO IVAÍ, contristada via-se alijada de sua Exatonia Federal.

Entretanto, o atual Governo paranaense, num inegável tributo de confiança e fé no prodigioso destino daquele município, reconhecendo o dever imediato de participar também de seu desenvolvimento, encorajando-o e estimulando-o em sua caminhada, corrigiu o clamoroso e pecaminoso erro de administração pretérita, representando Santa Isabel do Ivaí com a dantes perdida agência da rede oficial estadual.

Coberto de razão está o Sr. Afonso Alves de Camargo Netto.

E os vinte e cinco mil habitantes daquele município, espalhados em seus 601 quilômetros de área, suas autoridades, comércio e indústria, pequenos, médios e grandes proprietários rurais, animados pelo grato evento, vislumbrando novas correções de falhas passadas, aguardam confiantes e esperançosos, convictos até, que a obra se complete. Querem ouvir as mesmas palavras pronunciadas pelo ex-Presidente do BANESTADO fluidas e reditas pelas autoridades que para lá se dirigirem para reinaugurar a Exatonia Federal, cujas portas foram baixadas na mesma época do encerramento das atividades do BANESTADO há mais de dez anos.

E RESPALDO PARA ESSA EXPECTATIVA EXISTE.

Dados concretos que patenteiam sobejamente as condições básicas para o sedimento do órgão que ora se pleiteia justificam a reivindicação isabelense.

As contribuições depositadas na Exatonia Federal de Loanda, originárias do município de Santa Isabel do Ivaí, atingem normalmente o montante de seiscentos mil cruzeiros, onde aparece a arrecadação de Imposto sobre a Renda, cuja soma eleva-se a quatrocentos mil cruzeiros e a arrecadação sobre IPI que atinge os restantes duzentos mil cruzeiros.

Santa Isabel do Ivaí, graças à sua situação geoeconômica é sólido alicerce da economia paranaense. Uma ruricultura diversificada plantada em pequenos lotes que vão de dois a vinte alqueires mostram o seu potencial de produtividade agrícola. Outras propriedades mais extensas abrigam rebanhos bovinos caracterizando o município como elevado exponte da agropecuária.

E além da sede do município que abriga uma população superior a dez mil habitantes, em seu território estão florescendo distritos administrativos e judiciários, cujo desenvolvimento lhes dão condições de vida autônoma.

Creemos na atenção que ao que reivindicamos será prestada pelos órgãos aos quais recorremos.

Santa Isabel do Ivaí aguarda com fé a reparação do crime há tempo praticado contra sua economia. Seus autores já foram perdoados pois é admirável o altruísmo daquela gente.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 154/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a “ALIANÇA CULTURAL BRASIL-JAPÃO DO PARANÁ”, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

a) JORGE SATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Da análise dos seus estatutos que anexamos ao presente, deduzimos ser de justiça a declaração de utilidade pública, pois a entidade vem contribuindo dentro de suas finalidades, com a comunidade de Londrina e de todo o Paraná.

Isto exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje é um dia festivo para nós, os amigos do ilustre 2º Secretário, quando o recebemos de suas andanças pelos Estados Unidos, e quando vemos como é recebido nesta Casa, Deputado Mauricio Fruet, queremos fazer a nossa saudação primeira desta tribuna, para recebê-lo de braços abertos. E sabemos perfeitamente que é vontade de todos os Srs. Deputados, de todos os colegas, de todos os paranaenses que aqui viram este parlamentar. E lembrando daquele adágio popular que “o bom filho torna a casa”, esta Casa tem a satisfação de receber o ilustre Deputado Mauricio Fruet, que é um amigo nosso, digno representante da bancada do MDB. Meu Deputado Mauricio Fruet, a nossa saudação, nosso abraço amigo e nossa admiração.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa). Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet, terceiro orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É com muita satisfação e prazer que retornamos à Casa,

reassumindo nossas funções na Assembléia que representa o povo deste Estado.

Durante o período que estivemos ausentes, sempre tivemos em nossa mente, com saudades, as lembranças dos nossos colegas e funcionários desta Casa, dos jornalistas que efetuam a cobertura deste Poder. E pensando sempre na Assembléia Legislativa, procuramos nesta nossa viagem, conhecermos com melhor profundidade possível, o funcionamento do Poder Legislativo dos Estados Unidos e de outros países que visitamos.

Se nos perguntassem, como já nos perguntaram, qual foi a primeira observação que pudemos sentir desta viagem, sem sombra de dúvidas, com a maior segurança, podemos fazer e afirmar taxativamente, que entendemos como fator principal que o progresso dos Estados Unidos, bem como, das outras Nações do Mundo ocidental, é o respeito que se tem à Lei, o respeito que se tem ao Poder Legislativo. Sociedade baseada exclusivamente na Lei, sobre ela não se sobrepõe Poder algum, nem mesmo o Presidente da República. Sociedade calcada no respeito e atitudes de seus representantes que fazem a lei, e na qual o Executivo segue rigidamente.

E aí está, no nosso entendimento, talvez como uma opinião muito pessoal, em nosso entendimento, acreditamos que esteja aí a razão principal da cultura, do desenvolvimento e da educação daquele povo.

Pretenderíamos abordar uma série de outros aspectos, porém o faremos provavelmente na próxima semana. Eu simplesmente vim à tribuna para saudar meus companheiros, funcionários da Casa, jornalistas, para dizer da satisfação muito grande em novamente tê-los e conviver com todos os Srs. Agradeço penhoradamente a homenagem do ilustre Deputado Gabriel Manoel. Sabemos é nosso amigo, e temos o privilégio de também taxá-lo como amigo, e gostaríamos de obsequiar a todos os Srs. Deputados. Como é um tanto difícil obsequiar a todos, trouxemos uma pequena lembrança que vamos entregar ao Líder do MDB, Deputado Muggiati Filho e à Bancada da ARENA o faremos na pessoa do Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, quarto orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, comemorou-se o dia do Funcionário Público. O Estado do Paraná, a classe do funcionalismo tem seu Instituto de Previdência, IPE.

Não consegui entender até hoje, porque o IPE é proprietário de diversos imóveis. Todos sabem que o IPE é proprietário do Edifício Munhoz da Rocha, portentosa edificação de 16 andares que não é ocupado pelo Instituto; é proprietário de outro imóvel na Marechal Deodoro, ocupado pela Diretoria da Polícia Civil; além disto o IPE é ainda proprietário do imóvel que, atualmente, é ocupado pelo Grupo Nice Braga, além de possuir sua sede própria, onde está efetivamente localizado, na rua Inácio Lustosa.

Assim, Sr. Presidente, quer nos parecer que esse elevado patrimônio do IPE está fugindo à precípua finalidade do Instituto de Previdência dos Servidores de Estado.

Inúmeras são as reclamações que se levantam contra aquele Instituto por parte dos servidores, quer pela deficiência do atendimento, quer pela deficiência de assistência, enfim as mais diversas reclamações se levantam contra o IPE aqui no Paraná.

Esses imóveis não são ocupados pelo IPE, especificamente o edifício Munhoz da Rocha, que é ocupado por diversas repartições do Estado. Gostaria que os Srs. Deputados comparecessem aquele edifício para ver se existe algum outro na cidade onde a administração seja tão precária e deficiente. Os elevadores não funcionam, as janelas estão com os vidros quebrados, o lixo acumulando-se nos corredores. Uma autêntica desorganização e falta de administração.

Então, Srs Deputados, acredito que esta Casa deveria saber por que, primeiramente, o IPE é proprietário de tantos imóveis. Em segundo lugar, se o IPE está arrecadando, se o IPE está locando esses prédios para outras repartições isso representa uma fonte de rendas para o IPE.

Afinal de contas, à Assembléia, a nós Deputados, cabe uma fiscalização de âmbito geral neste Estado e sabemos de nossas limitações para fazer alguma coisa ao funcionalismo público, mas acredito que os funcionários devem ter pelo menos um Instituto de Previdência que funcione.

Estou encaminhando, portanto, um requerimento que se traduz num pedido de informações ao IPE, e que está assim vasado. (Lê).

Senhor Presidente.

O Deputado que o presnete subscreve, após consulta ao plenário, nos termos regimentais, requer do IPE as seguintes informações:

- 1 - Quais são os imóveis que o IPE possui em Curitiba?
- 2 - Quais os imóveis de propriedade do IPE que estão sendo ocupados por outros órgãos? Sob que regime está esta ocupação?
- 3 - A administração dos imóveis, não ocupados pelo IPE, está a cargo de quem?
- 4 - Em caso da resposta positiva, à questão número 2, recebe o IPE à título de locação algum rendimento? Quanto?

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Entre os imóveis de propriedade do IPE, na CAPITAL, sabe-se pertencerem àquele INSTITUTO, o Edifício "MUNHOZ DA ROCHA," na rua Cruz Machado, o edifício da Rua Mal. Deodoro, onde funciona a Diretoria da Polícia Civil, além do imóvel da Inácio Lustosa — atual sede do Instituto, bem como da escola Nice Braga, no bairro de Santa Quitéria. Verdadeiro patrimônio imobiliário, todavia, parte mínima ocupada pelo IPE. O portentoso edifício Munhoz da Rocha, com seus 16 andares no coração da cidade, inveja a qualquer má administração que se possa que se possa imaginar neste setor. Falta de higiene, elevadores precários, mau atendimento ao público, enfim uma administração que não pode continuar. Ora, as reclamações contra o IPE, são generalizadas pelos funcionários deste Estado, quer no serviço assistencial como previdenciário. Ressentem-se os funcionários da falta de um HOTEL, HOSPITAL e melhor atendimento na Farmácia e Restaurante que o IPE possui. São as mais variadas as críticas do funcionalismo ao seu instituto e do clamor que se levanta, uma tônica pode ser ressaltada: PORQUE TANTOS PRÉDIOS SE O INSTITUTO NECESSITA DE APENAS UM?

Dai, o objetivo do pedido de informação para que a Direção do IPE, possa esclarecer a razão de ter o Instituto um elevado número de imóveis e apenas ocupar parte deles.

Por outro lado, se tais imóveis constituam fonte de receitas, é de interesse dos associados estarem informados do "quantum" bem como esta Casa de Leis, estar munida de substanciosos elementos para uma tomada de posição".

Sr. Presidente, pretendo apresentar um projeto de lei e, sem esses dados, evidentemente estou impossibilitado de justificar o meu projeto. Portanto, peço que aprove este requerimento para que tenhamos em mãos estes dados importantes, inclusive para a classe dos servidores. Por que até hoje o IPE não tem um hospital? Por que não tem um hotel para os servidores que vêm do interior? Por que o IPE não tem um restaurante para dar atendimento aos servidores públicos? O IPE tem uma farmácia é verdade, mas o atendimento é muito precário.

Acredito que cabe também à Assembléia o poder de fiscalizar aquele instituto que é de interesse direto dos Srs. Funcionários Públicos.

Sr. Presidente, quero aproveitar o ensejo de ocupar esta tribuna, para mostrar a minha preocupação com os acontecimentos que vêm ocorrendo no País.

Hoje todos os jornais noticiam a trágica ocorrência da morte de um jornalista na Capital de São Paulo. Em nota oficial o 2º Exército se justifica do suicídio desse jornalista. Não pretendo, evidentemente, discutir essa nota oficial. O que pretendo mais uma vez é externar a minha preocupação nesta Casa, com o clima de insegurança que se instaurou neste País, segurança para a imprensa, e vejo um paradoxo, quando no Brasil se realiza um Congresso para debater a liberdade de imprensa, diversos jornalistas estão na prisão para a infelicidade do Brasil e para infelicidade da nossa imagem lá fora, diversos jornalistas estão presos sem uma razão justificável.

Quero pois deixar registrado o meu descontentamento, a minha preocupação, Sr. Presidente.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em sessão realizada na primeira semana do corrente mês, destacamos desta tribuna, o magnífico desempenho da Associação Coral Adventista de Curitiba, na divulgação da melhor cultura artística, através das noventa e duas vozes que compõem seus dois conjuntos corais. Na oportunidade noticiamos à Casa a realização de mais uma das suas excursões a outros Estados brasileiros, estão com destino à Bahia, com apresentações em outras cidades nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A promoção levada a efeito, foi notavelmente organizada por uma valorosa equipe de associados, destacando-se o Diretor Presidente Dr. Pieter Bondaczuk; o Coordenador Geral e Relações Públicas Elon Garcia; os Tesoureiros Rubens Linhares e Alvaro Rodrigues; a encarregada das promoções, Deony Menegusso; da Programação Neusa Loureiro Belz; do Roteiro, João Menegusso, bem como de outras personalidades.

O objetivo proposto de, em cada nota musical dizerem

"Quem nos mandou ir até lá". "Quem somos, o que faremos" e "o que representa nossa terra" e assim convocando-os a participarem de um progresso cultural deste grande gigante que é o nosso Brasil, Brasil de todos nós, foi plenamente atingido graças ao eficiente trabalho de todos os componentes da Associação e, especialmente dos maestros Srs. Francisco Siqueira Gonçalves e Edith Florence de Burgo. A Associação de Coral foi oficialmente recebida em Palácio pelos Governadores do Espírito Santo e Bahia. Levaram, através do canto, a nossa mensagem fraternal, além de passarem às mãos dos Chefes do Executivo desses dois Estados brasileiros, a mensagem do Governador Jayme Canet Junior, do Estado do Paraná.

Na Bahia apresentou-se a Associação no Grande Teatro Castro Alves, a convite da Fundação Cultural daquele Estado que representa o berço da nossa civilização.

Outrossim as magníficas apresentações dos corais foram enaltecidas em mensagens que foram recebidas, a fim de serem transmitidas aos homens públicos de nosso Estado, pelas quais manifestam também os votos de constante progresso paranaense.

Desta tribuna sou honrado em dar ciência à Casa destas mensagens fraternais do povo baiano, do povo capixaba e do povo do Rio de Janeiro.

Nesta oportunidade, propomos à Casa o seguinte requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja inserto na Ata desta Sessão, voto de congratulações à Associação Coral Adventista de Curitiba por ter, através de 90 vezes bem paranaenses,

unidas em música, comunicado ao povo do leste brasileiro, centro-oeste, e nordeste, a mensagem do progresso que significou um desafio, aceito, e hoje realidade graças a operosidade e ao trabalho de nossa gente.

Foi este Paraná "TERRA DE TODAS AS GENTES" que a ASSOCIAÇÃO CORAL ADVENTISTA DE CURITIBA, sob a coordenação geral de Elton Garcia, representou com a simpatia de autoridades públicas e personalidades de nossas sociedades, em magníficas apresentações levadas a efeito dos dias 10 a 16 do corrente mês, nas cidades de Volta Redonda, Niterói e Rio de Janeiro, Vitória, Estado do Espírito Santo e Itabuna, Alagoinhas e Salvador, Estado da Bahia.

Requer, ainda, se aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Pieter Bondarczuk, Diretor Presidente da Associação coral Adventista de Curitiba, ao Pastor Francisco Nunes Siqueira da Igreja Adventista Central de Curitiba e ao Pastor Walter Bogel, Presidente da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975".

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sexto orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha vinda a esta tribuna tem um significado triste, que é o de prestar uma homenagem póstuma ao eminente amigo Desembargador Aurélio Feijó, Requeiro, Sr. Presidente, juntamente com outros Srs. Deputados, um voto de pesar pelo seu falecimento ocorrido no dia 26 do corrente mês, nesta Capital.

Este requerimento subscrito por vários representantes do povo deste Poder Legislativo traduz o bem querer que o povo do Paraná devotou e devota à imagem desse homem, aquele carioca que recentemente mereceu daqui desta Casa o tributo de reconhecimento que deu a ele o título de cidadania honorária.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requerem, após ouvido o douto plenário desta Casa, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Aurélio Feijó, ocorrido no dia 26 do corrente, nesta Capital, enviando-se cópia do presente à Sra. Ruth Feijó, à Associação dos Magistrados do Paraná e ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.

aa) — Fidelcino Tolentino, Paulo Camargo, Maurício Fruet, Gabriel Sampaio, Luiz Alberto Oliveira, Adalberto Daros, Ezequias Losso, Domício Scaramella, Jorge Sato, Valter Pietrângelo, Gabriel Manoel, Enéas Faria, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, Muggiati Filho, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli, Fabiano Braga Cortes, Leopoldo Jacomel, Waldenício Barbalho, Ernesto Dal'Oglio.

JUSTIFICATIVA:

Filho de Benjanin Feijó Cortez e de D. Carmen Feijó, o Desembargador AURÉLIO FEIJÓ nasceu em 13 de novembro de 1915, na cidade do Rio de Janeiro.

Sua vida, como homem e como magistrado, constituiu-se numa seqüência de atos dignos e honrosos, com dedicação extrema à sua família e a seus afazeres, sendo apontado em todos os meios em que conviveu, como cidadão e magistrado exemplar.

Era casado com d. Ruth Feijó e deixou quatro filhos: Marco Aurélio, Maria Tereza, Ana Maria e Pedro Paulo.

Para conhecer a personalidade do Desembargador AURÉLIO FEIJÓ, basta citar estas suas palavras: "De meu falecido pai herdei instinto de intemperância e de amor ao próximo; de minha mãe herdei o amor ao trabalho, a coragem de viver e o prin-

cípio do estoicismo; de ambos recebi a obrigação de ser honesto, puro e bom".

Iniciou sua brilhante carreira de magistrado em 15 de abril de 1953, quando foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito Substituto do Quadro da Justiça, na 6ª Secção Judiciária, com sede na Comarca de Jaguariaíva.

Exerceu essa função nas Comarcas de Campo Largo, Pitanga, Apucarana e Campo Mourão, tendo sido promovido em 5 de maio de 1954, a Juiz de Direito de 1ª Entrância, na Comarca de Araruva, ocupando idêntico cargo em Pato Branco.

A partir daí, galgou os degraus da carreira de magistrado, todos, por MERECIMENTO, passando pelas Comarcas de Francisco Beltrão, Santo Antonio, Cascavel, Rolândia, Cambé, Londrina e Araçongas, até ser promovido para a 8ª Vara de Substituição da Comarca de Curitiba.

Nesta Capital, antes de tomar posse como Juiz do Tribunal de Alçada, em 28 de setembro de 1970, prestou serviços na 3ª Vara da Fazenda Pública, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Varas Criminais, Vara de Órfãos, 7ª Vara Cível, Vara de Menores e 2ª Vara Cível.

Em 1º de fevereiro de 1973, assumiu a Presidência do Tribunal de Alçada, cargo para o qual foi eleito no dia 21 de dezembro de 1972, por unanimidade de votos. Não chegou a completar o mandato, pois, em 26 de julho daquele mesmo ano, foi nomeado Desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça, tendo assumido em 2 de agosto de 1973.

No Tribunal de Justiça participou de diversas Comissões, sendo eleito membro do Conselho Superior da Magistratura em pleito realizado no dia 20 de dezembro de 1974 e, nomeado em 13 de fevereiro de 1975, membro da Comissão encarregada de proceder os estudos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, ora em fase de implantação, com vigência prevista para o dia 1º de janeiro de 1976.

Tinha muitos planos em mente, para serem realizados em benefício de seus colegas, de profissão, na gestão que acabara de iniciar à frente da Associação dos Magistrados do Paraná, da qual era Presidente.

Elogiado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e por todos os seus colegas, incluindo-se advogados e outros profissionais ligados às lides forenses, por sua conduta sempre correta, modelo digno de ser copiado por todos os homens que têm como objetivo viver honestamente e amar ao próximo.

Infelizmente, desde 16 de junho do corrente ano, o Desembargador AURÉLIO FEIJÓ, afastou-se de suas atividades, por motivo de enfermidade, vindo a falecer no dia 26 do corrente mês.

O Paraná deve muito a esse Homem.

O Paraná deve muito a esse Magistrado.

O Paraná, entretanto, através do Projeto nº 192/74, de iniciativa do nosso colega da região de Cascavel, ex-deputado IRIS CALDART, já havia reconhecido essa dívida de gratidão, pois, recentemente, ou mais precisamente em 23 de junho deste ano, o Excelentíssimo Senhor Governador sancionou a Lei número 6.683, outorgando o Título de Cidadão Honorário de nosso Estado a esse ilustre brasileiro que veio somente honrar nossa terra com sua sempre lembrada presença e com seu proveitoso e inesquecível trabalho.

Eis aí, em síntese, as razões pelas quais propomos lhe seja prestada, não a derradeira, mas a pesarosa homenagem que essa irreparável perda exige por parte de todos os paranaenses."

Aproveito o ensejo para requerer que seja encaminhado ofício ao Secretário da Educação, solicitando a construção e instalação de unidades escolares de 1º e 2º grau no Bairro de São Cristóvão, em Cascavel.

Quero fazer a justificativa em breves palavras verbais, devido a exiguidade do tempo, dizendo como este bairro transformou-se, repentinamente, num dos mais desenvolvidos da sede do município de Cascavel. Justifica-se a implantação desta escola de 1º e 2º graus, pelo fato da demografia ali ser progressiva e

não ter adequadas escolas para o funcionamento e para acompanhar o desenvolvimento daquela Capital oeste do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando fizemos nosso requerimento, ficamos de certa forma estarecidos com uma denúncia formal que chegou ao nosso conhecimento, de que existe na Penitenciária Central do Estado, 19 detentos, com alto índice de tuberculose. Evidentemente, como os Srs. devem saber, pondo em risco os demais detentos, ali existentes. Observações já foram feitas ao Juiz das Varas Criminais e providências não foram tomadas. Hoje, estamos, trazendo através de uma solicitação ao Sr. Corregedor da Justiça, providências enérgicas e imediatas providências para que o Serviço Médico Hospitalar ou alguma coisa teria que ser feito a estes presidiários a fim de que este mal tão grave não atinja os demais. Não podemos conceber que num Estado como o nosso, onde recursos não faltam, este problema se agrava cada vez mais. E o nosso requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o plenário, respeitosamente

COMUNICA, estarecido, à opinião pública do Paraná, que 19 (dezenove) presidiários, recolhidos à Penitenciária Central do Estado, estão atacados de tuberculose, recebendo precário tratamento, dentro das limitações oferecidas por um Estabelecimento Penal, pondo em risco a integridade física do restante da população carcerária, sem que nenhuma providência efetiva seja adotada, principalmente pelo Juízo das Varas de Execuções Criminais, plenamente cientificado da gravíssima situação.

Na oportunidade, requer, seja veemente apelo encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça, na esperança de que venham a ser determinadas medidas urgentes em favor dos doentes e em defesa dos demais detentos, evitando-se que, pela omissão, pelo tratamento deficiente, e pelo convívio, venham a ocorrer lamentáveis desenlaces ou condenável surto da doença, vitimando os demais reclusos.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1975.”

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, desejamos em nome de nossa bancada, corroborar às palavras do ilustre Deputado Gabriel Manoel, recepcionando o nobre Deputado, 2º Secretário, Maurício Fruet.

De nossa parte, realmente, sentimo-nos felizes com a sua presença, novamente integrando o Poder Legislativo do Estado. E, apenas, lamentamos que fosse, isto em caráter estritamente pessoal, necessária a viagem do Deputado Maurício Fruet para que tomássemos conhecimentos de que valem vinte e cinco mil dólares.

Debateu-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Casa, durante os anos de 73 e 74, a sorte da economia cafeeira paranaense. E inclusive, por meio de pronunciamentos especializados e de conferências aqui havidas, chegou-se à conclusão de que o Paraná não pode prescindir de sua lavoura cafeeira, o que não é nenhuma novidade. Não só o Paraná como a própria nação economicamente não podem ficar desfalcados da economia cafeeira paranaense. Por incrível que pareça, entanto, os nossos lavradores e notadamente os pequenos lavradores sempre estiveram ao sabor da sorte e tecnicamente desassistidos quer em função propriamente dito da lavoura, quer em razão da assistência financeira que eles necessitam.

Chegou-se, entretanto, a um ponto de que o próprio IBC traçou planos para que a lavoura cafeeira, considerada deficiente, fosse substituída a longo prazo talvez ou a curto prazo na dependência das condições do lavrador.

Estas observações a propósito de um requerimento que encaminhamos à Mesa e que desejamos que fique aberto ao debate, tanto assim que lhe estamos acrescentando já algumas justificativas no Grande Expediente. Muitos lavradores iniciaram a reforma de suas lavouras, a renovação de suas lavouras. Entre aqueles que foram atingidos pelos efeitos das geadas passadas e recentes de 1975, encontramos o lavrador que contratou o plantio de café à razão de seis cruzeiros o pé, a juros de 3 por cento ao ano.

Hoje o quadro que se nos depara no Norte do Paraná é um quadro jamais visto. O alcance desta verdadeira tragédia econômica ainda não está bem medido, tanto assim é que nesses dias esteve presente no Norte do Paraná o Presidente do Banco do Brasil, constatando ele próprio o estado calamitoso em que se encontra a lavoura cafeeira do Paraná.

O Paraná precisa recuperar sua lavoura, mas para que isto aconteça ele precisa não só do grande lavrador mas, principalmente, do pequeno lavrador, porque a região cafeeira é muito mais povoada — e esta foi uma das razões do grande desenvolvimento do Norte do Paraná e de todo o Estado — pelo pequeno lavrador, do que pelos latifundiários. Poucos são os latifundiários lá existentes.

Mas, o que está acontecendo, Sr. Presidente?

Como tem acontecido no setor agrário, onde muitas vezes já se modificou a lei para pior e sempre em prejuízo do pequeno lavrador que é a vítima da reforma legislativa impensada, aqueles que hoje estão à mercê do financiamento porque estavam renovando a sua lavoura, estão sendo desestimulados pelo plano de renovação dos cafezais geados que o Governo acertou como medida de salvação desta economia.

Porque embora a situação tivesse piorado, ele que havia plantado novos cafezais com financiamento de 6 cruzeiros por pé, ao juro de 3 por cento ao ano, e perdeu esses cafeeiros, para obter novo financiamento que lhe assegure uma prorrogação de dívida e lhe assegure o plantio do mesmo pé de café, terá que passar a pagar juros de 7 por cento ao ano, recebendo somente mais três cruzeiros de financiamento, cumulando com os seis cruzeiros anteriormente recebidos para perfazer um total de nove cruzeiros por cova de cafeeiro.

Calculando, como se disse no requerimento, que ele só terá colheita daqui a três anos, ele deverá pagar a dívida do que não aproveitou, o aumento de financiamento que já terá uma taxa de 21 por cento de juros, o que não deixa de constituir também uma injustiça, porque muitas vezes este lavrador que procurou sair da lavoura deficitária, para criar uma economia que realmente, atendesse não os seus interesses como os interesses do País, pode ser possuidor de uma propriedade de melhor situação, de melhores condições, com relação à fertilidade do solo, melhor aparelhada até, que uma outra propriedade em condições inferiores, sujeita aos efeitos da geada, mas que não se antecipou a esta renovação de cafeeiros de tal modo, que aqueles que não se anteciparam recebam mais, porém sem os ônus anteriores daqueles, que atendendo inclusive aos apelos das autoridades cafeeiras, se dispuseram a introduzir no País, uma cultura de café adequada aos interesses de nossa economia.

Por outro lado, ainda, Sr. Presidente, constatamos também num contato direto com a lavoura que o anunciado subsídio de 40 por cento para aquisição de fertilizantes, não existe na realidade.

Anteriormente, à implantação ou à concessão desse subsídio, o lavrador comprava fertilizantes pelo prazo de dois anos, sem juros e pagava dois por cento ao FUNRURAL. Recebeu-o, subsídio, que à primeira vista foi anunciado e proclamado como uma grande ajuda do Governo às lavouras. Verificou-se entretanto, ao ir financiar, que os 60 por cento restantes do preço-adubo,

seu financiamento já não era mais feito sem juros, passando a ser cobrado do lavrador, juros de 15 por cento. Nestas condições é fácil calcular, contando os juros de 15 por cento ao ano, que ao final dos dois anos, mais as despesas que acarretam o financiamento ao lavrador, ao final de dois anos, ainda com a alta do FUNRURAL este subsídio que o Governo anuncia como sendo de 40 por cento, atinge a 20 por cento.

Não acreditamos que o Governo tenha anunciado um subsídio de 40 por cento sem a intenção real de conceder tal subsídio à lavoura, na aquisição de adubos e fertilizantes. Mas o fato, seja qual o motivo, as distorções havidas tornam irreais as pretensões governamentais. Daí, este pedido de providências, principalmente, feito em defesa do pequeno lavrador, que é sempre esquecido pelos responsáveis.

No entanto, é o seu trabalho que existe na própria razão deles, os grandes produtores.

Era o que nos cabia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acrescentar ao requerimento já lido pela Mesa, a fim de que se registre e possam ser efetuados as providências necessárias a que, realmente, os financiamentos anunciados pela administração federal, funcionem como ela disse ou pensa que estejam funcionando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado da palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Estando ausente o Sr. Deputado Fidelcino, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, também inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 59/75, que aprova o Termo Aditivo ao Acordo nº 01/75, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência da Região Sul e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 18 de abril de 1975, ao Acordo 01/75, celebrado em 30 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 63/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando execução da 2ª fase da construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 14 de março de 1975, pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase de construção do prédio destinado à Unidade Sanitária da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 64/75, que aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 30 de junho de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 65/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 65/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "ARTHUR BERNARDES", da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 66/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto Alencar de Castelo Branco. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretarias do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO", da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/74, que declara de utilidade pública, a Associação Evangélica Transmundoial, com sede na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 96/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA TRANSMUNDIAL, com sede na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 90/75, que declara de utilidade pública a Comunidade Carmelitana da cidade de Paranavaí. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 90/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a COMUNIDADE CARMELITANA, com sede e foro na cidade de Paranavaí.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 95/75, que declara

de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Cambará. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 95/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/75, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 96/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE ESPÍRITA FRANCISCO DE ASSIS DE AMPARO AOS NECESSITADOS, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de outubro de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente
- a) LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 105/75.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e subscrito por diversos Srs. Deputados, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Aurélio Feijó. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da Tribuna, solicitando voto de congratulações à Associação Coral Adventista de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministério da Agricultura — DIPOA, encarecendo sejam efetuados estudos para que seja facilitada a comercialização de produtos do mar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Televisão Paranaense — Canal 12, pela passagem de seu 15º aniversário de instalação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Funcionalismo Público". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias e adequadas visando diminuir o número de roubos de automóveis na cidade de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Ministro da Fazenda e ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., bem como ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, no senti-

do de que sejam adotadas medidas necessárias e urgentes à correção das distorções apontadas no Plano de Renovação de Cafezais Geados, e no programa de subsídios de fertilizantes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Previdência Social, a fim de que esta autoridade federal, através do Superintendente do INPS, possibilite os pagamentos que essa autarquia deve aos hospitais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de que seja instalado uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Nova Aurora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura encarecendo a construção e instalação de unidade escolar de grande porte para o 1º e 2º graus no bairro de São Cristóvão, em Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um posto telefônico no distrito de Ibema, município de Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que envie equipe do Centro de Exames Psicotécnico à cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr.

Ministro da Fazenda e à Superintendência Regional da Receita Federal, pleiteando a reinstalação do Posto da Receita Federal no município de Santa Isabel do Ivaí. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça, no sentido de que seja tomadas medidas em favor dos detentos atacados de tuberculose, e em defesa dos demais detentos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao IPE, referente a imóveis de propriedade do referido instituto. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 66/75, 88/75, 94/75 e 101/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 73/75, 74/75, 75/75 e de Lei nº 129/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 26/74, 70/75, 71/75 e de Lei nºs 57/74, 57/75, 108/75, 109/75, 111/75, 113/75 e 116/75; marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 31 às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nº 67/75 e de Lei nºs 12/74, 38/75, 55/75 e 71/75.

Levanta-se a Sessão.